

# VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA - ACTAS

A Península Ibérica - um espaço em mutação

Vol. II



Publicações da Universidade do Porto

1995

---

Título: VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA – ACTAS

---

Subtítulo: A Península Ibérica – um espaço em mutação

---

Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO, PORTUGAL. Telef. +351 2 694462 Fax. +351 2 698736

---

Nº: 2

---

Volume: II

---

Edição: 1ª

---

Localidade: Porto

---

País: Portugal

---

Mês: Maio

---

Ano: 1995

---

Nº de exemplares: 1500

---

© 1995, Universidade do Porto e Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto

---

Capa: Nazareth Rego (montagem com base na fotografia aérea em infravermelhos da ACEL, 1990)

---

Revisão: Grupo de Documentação do VI Colóquio Ibérico de Geografia

---

Tratamento de imagem: Silvano Rego

---

Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro

---

Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto

---

Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda

---

Data: Outubro de 1997

---

Depósito Legal nº: 92751/95

---

---

Vol. I

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Cidades e Metrópoles 3. Ruralidades  
4. Dinâmicas Industriais 5. Políticas Regionais e Locais.

---

---

Vol. II

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Turismo e Lazer 3. Geografia Física  
e Ambiente 4. Geomorfologia 5. Climatologia e Hidrologia. 6. Catástrofes Naturais e  
Impacte Ambiental

---

---

Vol. III

Temáticas: 1. Geografia Física e Ambiente 3. Recursos Naturais e Ordenamento do Território  
4. Investigação e Ensino em Geografia

---

**DO PASSEIO PÚBLICO AO «JOGO DE CARTAS»  
— APONTAMENTOS SOBRE OS ESPAÇOS AJARDINADOS DO PORTO**

LUIS PAULO SALDANHA MARTINS  
Instituto de Geografia da FLUP

No Município do Porto entre o início dos anos 60 e finais dos setenta, o espaço verde diminuiu dos 1400 ha para cerca de 800 ha. Esta variação, verificada em duas décadas, corresponde à mudança no uso do solo de cerca de 15% do território municipal. Após a conclusão das infra-estruturas rodoviárias em curso e da construção de novos empreendimentos, sobretudo na parte Ocidental da cidade, deverão restar no seu perímetro, cerca de 600 ha de espaço verde. Este valor poderá, no entanto, continuar a diminuir pelo menos até aos 430 ha, área que o Plano Geral de Urbanização prescreve como afectas a «zonas verdes e desportivas».

A crescente importância do lazer<sup>1</sup> não parece ter assim, no espaço urbano do Porto, significativos reflexos na afectação do solo para espaços verdes, antes se manifesta a tendência para deter uma menor importância, limitando-se a enformar o embelezamento da cidade e representando o refúgio de um grupo cada vez mais numeroso de reformados, que jogam ou vêem jogar cartas. Este facto manifesta-se após um elaborado processo de formalização destes espaços tipo<sup>2</sup>, numa altura em que a vertente comercial do lazer adquire ampla implantação.

Esta diminuição do espaço verde disponível, de qualquer forma, deverá inserir-se numa explicação mais ampla para uma expressiva contracção do espaço, que decorre do crescimento da população, do aumento da capacidade económica de alguns grupos, ou do aumento da mobilidade, que passa pela melhoria da motorização e da rede viária, ao que acresce o aumento do tempo de lazer. Este conjunto de factores, acentua de forma sensível a pressão sobre o espaço, desencadeando consequentemente a diminuição daquele que está disponível, em termos globais e de forma abstracta, para o conjunto do grupo social. Adquire, assim, uma maior expressividade a característica de bem finito<sup>3</sup> imputável ao espaço, ao ser perspectivado como um recurso natural não renovável, com manifesta evidência para aquele que suporta formas de lazer mais vocacionadas à fruição de espaços abertos.

Ressalta daqui de imediato que o acesso ao espaço de lazer se deverá processar de forma selectiva, o que põe em evidência tratar-se de mais uma forma de consumo que reproduz padrões válidos em outros domínios da aquisição de bens e serviços, contrariando afinal a ideia, tendencialmente generalizadora, da massificação do lazer que tem vindo a ser difundida. Se, é certo que a base social foi alargada de forma significativa, uma difusão ampla do lazer tal como é concebido actualmente constitui uma indisfarçável utopia, já que o acesso ao espaço de lazer é orientado por mecanismos que não parecem diferir daqueles que regulam a aquisição de bens e serviços e condicionam a implantação de algumas outras formas de uso do solo.

<sup>1</sup> Julgamos ser possível, e por vezes necessário, distinguir tempo-livre, recreio, ócio e lazer. Como a discussão destes conceitos ultrapassa largamente o âmbito do presente trabalho, optamos por empregar indiferentemente o termo lazer.

<sup>2</sup> Veja-se a este propósito a caracterização dos diferentes tipos fundamentais de espaço urbano elaborada por J. M. Pereira de OLIVEIRA — O espaço urbano do Porto, condições naturais e desenvolvimento, Coimbra, 1972.

<sup>3</sup> vd. Duarte CASTEL-BRANCO — Urbanização, sobrevivência, contradição, Porto, s.d..

Por outro lado, este acesso selectivo quando perspectivado em termos individuais, poderá caracterizar-se por uma sensível expansão do espaço, na medida em que os grupos com maior capacidade económica fazem uso de uma mais ampla capacidade de opção. Talvez seja esta uma das razões que contribuam para explicar o menor interesse pelos espaços verdes intra-urbanos, já que as classes com maior capacidade reivindicativa e negocial e maiores aspirações no que respeita à qualidade de vida, são aquelas a poder fruir outros espaços, mais afastados, e que proporcionam um maior grau de satisfação aos utilizadores.

Uma outra perspectiva que merece ainda realce, respeita à volatilidade na identificação da forma e da função do espaço o que decorre da apreensão individual das características qualitativas e quantitativas atribuíveis aquele que serve de suporte às actividades de lazer, independentemente da diversidade de estatutos socio-económicos da população. Daqui poderá resultar a elaboração de múltiplas leituras do território, em especial o cidadão, relacionadas com as pluri-vivências do quotidiano, que conferem ao espaço um carácter multi-dimensional, partilhado entre diferentes usos do solo. A utilidade que individualmente é atribuída ao espaço deverá resultar de componentes psicológicas e sociais, que permitem conferir a cada conjunto de momentos vividos um determinado significado de foro estritamente pessoal. É essa noção de utilidade sujeita a uma apreciação individual que pode também, por exemplo, metamorfosear os espaços de residência ou de trabalho em espaços de lazer, ou os meios de transporte diários, como o «eléctrico», que assegura os movimentos residência/trabalho, num transporte vocacionado ao lazer, quando permite a ligação casa/área de lazer ou como meio de transporte utilizado numa visita a locais, ou por trajectos, de interesse panorâmico.

#### Espaço urbano afecto ao lazer

As estruturas de lazer que ganharam forma entre as burguesias comercial e industrial a partir de meados do século passado, foram profundamente alteradas desde os anos cinquenta do século XX, em particular pela introdução de novas e/ou renovadas concepções de lazer, pelas alterações nas características da população que a elas acede ou pelo atenuar da sazonalidade do gozo dos períodos de lazer. Parece, assim, evidente a individualidade das estruturas actuais, tanto face aquelas que existiram durante o Antigo Regime, como relativamente aquelas que lhes sucederam, até pela especialização na ocupação do território que se tem manifestado.

Duma maneira geral, no que diz respeito aos jardins e parques, estes constituíram, também no Porto, peças importantes no âmbito da arquitectura de promoção privada, enquanto no domínio público representaram um dos conjuntos de intenções que mais vezes ficaram por implementar, pelo que os espaços existentes resultaram, o mais das vezes, da transferência da propriedade privada para o domínio municipal, abrindo à cidade os jardins e parques de algumas casas apalaçadas e os espaços residuais ainda de ocupação agrícola.

#### Primórdios do «passeio público» — ... até ao passeio público

Já em finais do século XVI, estão referenciadas acções de planeamento consistentes que contribuíram para a formalização na cidade de espaços com uma afectação específica de «passeio público». Até essa altura, o local da feira e do mercado, a rua, os edifícios religiosos e da nobreza constituíam os locais por excelência de prática das actividades de lazer. No Porto, por razões conhecidas,

estes últimos não tinham grande expressão, pelo que seria nos edifícios religiosos e nas praças que tinham lugar os principais acontecimentos vocacionados ao lazer das populações.

Magalhães Basto<sup>4</sup> retrata num quadro pleno de pitoresco o que era usual na época acontecer dentro das igrejas. Afirma o autor que, para além das merendas e comezainas, *...até se jogava, tocava e bailava (...). Durante os «trintários»<sup>5</sup>, tanto os padres como os leigos (...) para passarem o tempo, jogavam cartas, mancais (isto é, jogo da bola ou fito)<sup>6</sup> e outros jogos, tangiam violas, flautas, etc., cantavam e bailavam (...). Os autos e os mômos eram frequentemente ali representados<sup>7</sup>*. Também o alpendre do adro do Convento de S. Domingos era palco de actividades de recreação assim como os adros das igrejas serviam para a realização das touradas, muito embora sem elementos que o confirmem no caso da cidade do Porto<sup>8</sup>.

As intervenções de embelezamento levadas a cabo a partir de finais do século XVI, tiveram como principal resultado a formalização de dois espaços ajardinados que viriam a servir como passeio público. São testemunho da expansão urbana para o exterior do espaço muralhado, já que o crescimento da cidade realçava a exiguidade dos espaços de lazer existentes, embora pareçam traduzir também uma das formas de consubstanciar o processo de dominação filipino. Esses espaços de «passeio público» situavam-se um entre a Porta de Carros e a Fonte da Arca e o outro junto à porta do Olival. O primeiro, ...dispunha de abundantes choupos que havia mais de um século se tinham plantado e de álamos de crescimento mais recente, sob os quais se construía uma dúzia de assentos de pedra, em 1627...<sup>9</sup>. O segundo, situava-se numa área de intensa actividade de urbanização. Depois da construção da nova Relação ter em definitivo desalojado a guarnição militar estrangeira<sup>10</sup>, o desembargador Manuel Sequeira de Novais, veio a plantar por ordem de Filipe III uma alameda de choupos<sup>11</sup> para embelezar a área da Cordoaria e para minorar as carências da cidade em praças e sítios frescos<sup>12</sup>. Nesse sentido, em 1636, por iniciativa do Procurador da Cidade também são plantados vários carvalhos<sup>13</sup> junto ao Chafariz de Nossa Senhora da Batalha.

A referência, na história do urbanismo do Porto, à intervenção levada a cabo durante o período filipino no reordenamento dos espaços públicos da cidade constitui um marco na criação de áreas ajardinadas na esteira de uma tradição mediterrânica, de origem muçulmana, do passeio público. Essa intervenção enquadra-se na estética urbana do período renascentista que na Espanha de Filipe II adquiriu grande originalidade, sobretudo através das praças maiores regulares<sup>14</sup>, e expressão, pelo «precipitado» urbano de raiz ortogonal grandemente utilizado na colonização das Américas. As iniciativas empreendidas por Filipe III, para o embelezamento da cidade do Porto, deverão reflectir toda a pujança que o urbanismo havia adquirido no reinado anterior.

<sup>4</sup> Artur de Magalhães BASTO — *Moralidade e costumes portuenses no século XVI*, Porto, 1925.

<sup>5</sup> Em itálico no texto.

<sup>6</sup> Entre parêntesis no texto. No Alto Minho também é conhecido pelo jogo da «malha».

<sup>7</sup> BASTO, 1925, p. 48.

<sup>8</sup> Na cidade, de qualquer modo, pelo menos três vezes por ano eram corridos touros. BASTO, 1925 p. 49.

<sup>9</sup> Francisco Ribeiro da SILVA — *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, Porto, col. Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVI, Arquivo Histórico — Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 88.

<sup>10</sup> SILVA, 1988, p. 87.

<sup>11</sup> Horácio MARÇAL faz referência à arborização da área por «ulmeiros ou negrilhos» dos quais resta um exemplar impropriamente chamado árvore «da forca». Em 1789 o Pe. Agostinho Rebelo da COSTA faz alusão à presença de grossos e elevados álamos que teriam sido abatidos para lenha durante o Cerco. Horácio MARÇAL — *O Campo dos Mártires da Pátria*, «O Tripeiro», Porto, Série VI, Ano II, p. 237. Pe. Agostinho Rebelo da COSTA — *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, Porto, 1789, p. 56.

<sup>12</sup> SILVA, 1988, p. 89.

<sup>13</sup> SILVA, 1988, p. 91.

<sup>14</sup> Fernando Chueca GOITIA — *Breve história do urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 112-126.

O crescimento da cidade significativo durante o século XVIII, passou também pelas quintas particulares com vastos jardins, como a do Freixo, da Prelada, de Ramalde ou de Sto. Ovídio, da autoria ou sob influência de Nicolau Nasoni, onde um eixo de simetria subordina a composição da quinta, passando pelo centro da casa e estendendo-se pelos jardins<sup>15</sup>. É forçoso referir também que, apesar da presença de uma numerosa colónia inglesa determinante nas opções arquitectónicas implementadas na cidade na construção de jardins e parques, o contributo não foi suficiente para implantar as concepções paisagísticas de tradição inglesa, tanto pela pequena dimensão das propriedades<sup>16</sup> como pelo facto de os seus elementos se instalarem em casas alugadas<sup>17</sup>.

Os espaços ajardinados caracterizaram-se, nesta fase de urbanização da cidade do Porto, por uma abertura sobre o Rio com o Passeio das Virtudes (<1787-180?), a Alameda das Fontainhas (1801-1808) e o Cais de Massarelos (<1789-?)<sup>18</sup>. O arranque dos espaços verdes públicos desencadeado pelo início do século XVII durante o período filipino, conferia à Praça da Batalha, à Rua da Natividade/Praça Nova e à Praça da Cordoaria, assinalável expressão como locais de passeio do portuense, aos quais o poder público juntou pontos panorâmicos, de onde se descortinasse o rio e o mar<sup>19</sup>.

Destacam-se ainda outros locais como suporte de lazer do portuense. Entre eles contam-se a muralha que domina o rio: neste espaço do muro... *he hum dos passeios de mais especiozidade, e de mayor divertimento, que tem, não só a cidade mas o reyno todo...*<sup>20</sup>.

No «Descampado», um grande terreiro que faceava as casas viradas ao rio em Miragaia, eram corridos touros e realizavam-se justas e torneios<sup>21</sup>. Na bibliografia que tem como enquadramento temporal este período, não são feitas referências a outros locais que desempenhassem a mesma finalidade, o que parece mostrar, para além de estarem em perda essas manifestações da cavalaria medieval, não existirem muitos espaços com uma dimensão suficiente e com uma localização adequada a albergar estes acontecimentos festivos. Não esqueçamos que o «Descampado» se situava junto à Porta Nova, uma área de prestígio, próxima do centro da cidade de então.

Na periferia ainda afastada da cidade, uma obra que merece realce é a regularização do Campo da Torre da Marca, tendo em vista primeiramente a realização de exercícios militares, um dos espaços que viria a ganhar em épocas posteriores maior notoriedade.

#### Popularização — o passeio público

Entre as convulsões das invasões francesas e da guerra civil, abre-se um novo ciclo da vida da cidade do Porto, marcante também na forma de usufruir o espaço e o tempo de lazer. Enquanto intra-muros apenas as cercas dos conventos tornavam cativo algum espaço verde, os jardins e passeios públicos adquirem maior dimensão e significado em particular nas franjas da expansão urbana, em detrimento das praças e ruas. Os edifícios religiosos, que durante um longo período tinham constituído locais privilegiados de lazer na cidade, são substituídos por novos edifícios, pelo menos na função. Até esta altura, as touradas, as procissões, os torneios constituíam tão só um hiato na labuta diária, a partir daqui as vontades individuais vão começar a definir novas formas de usufruir os tempos de lazer.

O racionalismo das «luzes» e o processo de industrialização, mesmo que incipiente, dão lugar a um novo ambiente cultural e social. As classes que despontam, como uma burguesia e operariado industriais consolidam ritmos de vida diversos daqueles de dominância rural-agrícola, atenuando

<sup>15</sup> Ilídio de ARAÚJO — *Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto*, «Revista de História», Porto, Volume II, Actas do Colóquio «O Porto na Época Moderna» — I, 1979, p. 379.

<sup>16</sup> ARAÚJO, 1979, p. 381.

<sup>17</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira ALVES — *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras públicas*. Porto, 1988, p. 11.

<sup>18</sup> ALVES, 1988, pp. 260-270.

<sup>19</sup> J. A. Pinto FERREIRA — *Os padres Bernardos no Porto*, «O Tripeiro», Porto, V Série, nº XIII, p. 139.

<sup>20</sup> Memórias Paroquiais de 1758, in ALVES, 1988, pp. 95-96.

<sup>21</sup> ALVES, 1988, p. 100.

por exemplo a importância da sazonalidade em algumas das festividades, dependentes em grande medida do calendário agrícola. Por outro lado, a evolução do pensamento que se propagava pela Europa com os exércitos franceses, vai ter também efeitos em Portugal com o afirmar das ideias liberais que se vão constituir no meio favorável à penetração e ao desenvolvimento do romantismo, definindo diferentes critérios estéticos que significaram uma ruptura relativamente aos anteriormente em voga.

A abertura de jardins privados à população da cidade, prática implementada nos Jardins da Quinta de Sto. Ovídio (dos Pamplonas)<sup>22</sup> em certos dias do ano, poderá ter desencadeado um maior interesse entre as famílias portuenses e representará uma das primeiras mudanças significativas pelo esboçar da democratização do uso dos jardins e como forma de derramar para o exterior a sumptuosidade dos salões da aristocracia de setecentos. O Passeio Público de S. Lázaro, construído segundo um plano de João Baptista Ribeiro e plantado por João José Gomes<sup>23</sup>, vai congregar as atenções dos portuenses que farão dele o centro das atenções durante quase três décadas, assumindo no Porto essa função de sociabilidade.

O jardim foi construído durante a década de trinta<sup>24</sup>. Em 14 de Fevereiro de 1833, a feira de gado suíno teria sido transferida de S. Lázaro para a Praça da Alegria<sup>25</sup>, dias depois de D. Pedro IV, em 27 de Janeiro desse ano, ter ordenado a transformação do Campo em Jardim<sup>26</sup>. Em Dezembro de 1838, a Câmara publica um edital com o Regulamento para o funcionamento do Jardim Público de S. Lázaro, que se encontrava concluído<sup>27</sup>. O repuxo, as flores, o tanque de água, os bancos, não atraíram de imediato o

<sup>22</sup> ARAÚJO, 1979, p. 383. Rui TAVARES — *Os processos de urbanização das grandes quintas do Porto, entre os séculos XIX e XX*, in «Actas do Congresso — O Porto de fim de século (1880-1910)», Porto, 1991 (no prelo).

<sup>23</sup> ARAÚJO, 1979, p. 383.

<sup>24</sup> Segundo Ilídio de Araújo entre 1830 e 1841. ARAÚJO, 1979, p. 383.

<sup>25</sup> Horácio MARÇAL — *O antigo campo ou terreiro d e S. Lázaro – I*, «O Tripeiro», Porto, VI Série, Ano V, 1965, p. 110.

<sup>26</sup> Horácio MARÇAL — *O antigo campo ou terreiro de S. Lázaro – II* (conclusão), «O Tripeiro», Porto, VI Série, Ano V, 1965, p. 135.

<sup>27</sup> Presidente, Fiscal, e Vereadores da Camara Municipal da Antiga, Muito Nobre e Sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto. & c. — Fazem saber: Que achando-se o Jardim Publico de S. Lazaro concluido, convem estabelecer o necessario Regulamento não só para a sua conservação, como tambem para a manutenção da Policia Municipal que dentro d'elle deve ser observada, conforme exige a commodidade publica: Em consequencia do que promulgão as seguintes instrucções que serão executadas fielmente não só pela Guarda, como pelo Jardineiro respectivo.

1.º Os quatro porticos do Jardim estarão effectivamente abertos todos os Domingos e dias Santos de Guarda.

2.º Nos demais dias estará effectivamente fechado o portico que fica em frente da Rua de 29 de Setembro, a fim de evitar-se a comunicação desta Rua para a de 23 de Julho que deve ser pelo exterior do Jardim.

3.º Haverá huma Sineta proxima ao portico em frente da Rua de 23 de Julho para annunciar ao publico a sahida.

4.º Estará o Jardim aberto diariamente. De Verão se abrirá ao nascer do Sol, e se fechará tres horas depois das Ave Marias. De Inverno será aberto às 7 hora da manhã, e fechado huma hora depois das Ave Marias. O Verão será contado desde o 1º de Maio até 30 de Setembro.

5.º Haverá tres toques de Sineta para annunciar que as portas se vão fechar. Ao 1º se fechará a porta em frente das Ruas 23 de Julho, e 29 de Setembro; ao 2º aponta em frente da Rua da Murta; e ao 3º a porta em frente da Rua de S. Lazaro. Esta ultima somente se fechará metade ao ultimo toque da Sineta, e nunca se acabará de fechar sem que se verifique se está alguma pessoa dentro do Jardim.

6.º O Jardineiro he a pessoa incumbida da execução dos artigos precedentes, além das de mais obrigações de seu cargo.

7.º O mesmo Jardineiro conservará sempre o Jardim com o maior aceio possivel, como lhe cumpre pelo ajuste com a Ill. ma Camara. Alem do que lhe incumbe o artigo 6º he o primeiro fiscal do presente Regulamento, e a Guarda do Jardim o coadjuvará na sua total execução.

8.º He prohibido absolutamente que dentro do Jardim entrem mendigos d'ambos os sexos, homens com carretas às costas, crianças que não sejam acompanhadas, ou que representem ter menos de 10 anos de idade, e finalmente toda a pessoa que por seu traje menos decente possa pertencer às classes indicadas.

9.º He tambem prohibido que qualquer pessoa possa tirar ramos de verdura, flor ou flores, arbusto, ramo d'elle, ou qualquer outro objecto dos taboleiros, nem mesmo ainda tocar-lhe com a mão, ou bengala.

10.º He absolutamente prohibido que pessoas de qualquer graduacão ou classe que sejam, entrem a cavallo dentro do Jardim.

11.º Não he permitida a entrada de Cães no Jardim, nem mesmo acompanhando seus donos. As pessoas que contravierem este artigo pagarão de multa 2\$400 rs. pena que fica estabelecida como Postura do Municipio.

12.º Nos dias da Feira, e Festa de S. Lazaro, o Jardineiro e a Guarda serão coadjuvadas pelos Vigias da execução das Posturas Municipais, que continuamente, e separados huns dos outros percorrerão todas as ruas do Jardim, afim de que tenha inteira execução o presente Regulamento....

EXPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ACTOS ADMINISTRATIVOS DA CAMARA MUNICIPAL DA ANTIGA, MUITO NOBRE, SEMPRE LEAL, E INVICTA CIDADE DO PORTO EM 1838, PORTO, 1839, p. 85-86.

portuense, que demorou algum tempo até adquirir gosto pelo novo jardim, onde fora criado um ambiente ameno e familiar. O concerto semanal e a novidade da iluminação a gás<sup>28</sup>, acabaram por conferir grande notoriedade ao jardim, ao qual também não será alheio a instalação da Real Biblioteca Pública do Porto no Jardim de S. Lázaro em 1842<sup>29</sup>, muito embora em 1845 «A Rosa» referisse o desinteresse da população pelo espaço criado<sup>30</sup>.

Por meados do século passado no Campo da Torre da Marca começam a ter lugar feiras industriais e agrícolas cujo sucesso leva à edificação, por iniciativa privada, de um pavilhão à imagem do «Palácio de Cristal» londrino<sup>31</sup>. O espaço criado, com as suas três naves, bonito chalet, magnífico circo para cavalinhos, formosos jardins, lindo bosque com jogo de bola, e outros jogos de ginástica, carreira de tiro, um bom estabelecimento de horticultura e floricultura<sup>32</sup> constitui uma novidade para o Porto.

Para a construção dos seus jardins, o Visconde de Vilar d'Allen havia convidado o arquitecto paisagista alemão Emilio David, que reformou igualmente os jardins da Cordoaria e de S. Lázaro e desenhou o Jardim do Passeio Alegre (1870), que viria a ser plantado apenas em 1888. Foi também responsável por alguns parques e jardins privados como o da Baronesa do Seixo na Rua de Cedofeita, o dos Albuquerque na Rua do Rosário e o de Arnaldo Ribeiro de Faria na Rua do Heroísmo. O arquitecto introduziu as modas dominantes na Europa onde estavam presentes os bosques e os circuitos que conduzem através de recantos pitorescos ligados por caminhos ou veredas<sup>33</sup>, fugindo à regularidade do barroco. Estes princípios foram igualmente aplicados à recuperação do actual Jardim Botânico pela família Andresen em finais do século passado.

Figura 1 — Jardins e Passeios Públicos da preferência do portuense (séculos XVII, XVIII e XIX)



<sup>28</sup> *O Jardim de S. Lázaro*, «O Tripeiro», Porto, III Série, Ano II, nº 25, p. 373.

<sup>29</sup> MARÇAL, 1965, p. 111.

<sup>30</sup> Em Dezembro de 1845 o periódico afirmava: alguns bancos de pinho pintados de diversas cores que a isto se chama o Passeio Público onde não vai ninguém. *Passeios*, «A Rosa», nº 12, 28 de Dezembro de 1845, p. 97.

<sup>31</sup> Da autoria de Joseph Paxton, nele se realizou a grande exposição de 1851. Lewis MUNFORD — *A cidade na história*, 2ª ed., São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1982 (tradução de Neil R. da Silva), ilustração nº 38.

<sup>32</sup> Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho LEAL — *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria e Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.

<sup>33</sup> ARAÚJO, 1979, p. 384.



As mudanças nos lazeres que as modas impunham, marcaram o decurso do século XIX, como reflexo dos comportamentos sociais e culturais, ou das iniciativas de carácter económico, mas a implantação da República, condicionando a livre iniciativa e significando o crescimento da intervenção pública, veio afectar de forma sensível a evolução da cidade. Particularmente no que diz respeito às áreas de lazer, parece acentuar-se a tendência para as deslocações de algumas elites para áreas mais periféricas enquanto, por entre a instabilidade que se vivia, se salienta a marcante intervenção urbana dirigida por Elísio de Melo na Avenida da Cidade (dos Aliados), que para além de muitos aspectos de maior relevância deveria constituir um novo passeio público do Porto.

Com a implantação da ditadura algumas alterações vão começar a ter lugar e, logo em 26 de Novembro de 1926, uma deliberação camarária tornou cativos terrenos das freguesias de Nevogilde e Aldoar para a criação do Parque da Cidade, no entanto cerca de vinte anos depois este tema continua em aberto ao ser retomado pelos proprietários dos terrenos pedindo a sua revogação.

Propostas de áreas verdes — o passeio sem público...

A reduzida intervenção da administração pública no domínio dos espaços ajardinados é expressão da secundarização a que foram votadas as áreas de lazer, ainda que a sua importância, aferida pela dimensão que lhe vai sendo atribuída nos vários projectos, tenha aumentado desde os anos 30. Enquanto a segunda metade do século XIX representou a criação de vários e importantes jardins na cidade, o século XX, pelo contrário, é sobretudo caracterizado pela elaboração de numerosos planos e poucas realizações, para além da passagem para propriedade pública de alguns espaços. A motorização do lazer, a possibilidade daí decorrente de afastamento para a periferia e uma nova interiorização do lazer, mas em espaços tendencialmente públicos — assembleias, clubes, salões de ginástica ou, posteriormente, o cinema —, o carácter formal dos espectáculos — em primeiro lugar as touradas e anos mais tarde o futebol, o ciclismo, o hóquei em patins, o andebol de onze —, ao que acresce o período conturbado que em Portugal teve início com a implantação da República, devem ter contribuído para afastar as populações dos jardins. O lazer de contemplação por si só, que era também um acto social, aproximava-se do fim.

Na elaboração do «Prólogo ao plano da cidade do Porto» por Ezequiel de Campos, é dedicada alguma atenção aos espaços públicos de lazer nas alíneas «jardins e parques», «miradouros e varandas», «as praias» e «campos de jogos»<sup>34</sup>. De qualquer maneira, apesar das medidas que julga necessário implementar, atribui a estas vertentes uma dimensão provinciana pois afirma que a cidade do Porto sendo desde o princípio aldeã, não se pode esperar da sua individualidade grandes parques e jardins e larguíssimas avenidas arborizadas. Mas os «jardins e parques» integram um capítulo importantíssimo do Plano da Cidade: um capítulo revolucionário, porque o Porto não tem os jardins nem os parques nos seus hábitos de descanso nem de exercício<sup>35</sup>.

As reservas de terreno deveriam, segundo o autor, localizar-se nas linhas axiais Praça Mouzinho de Albuquerque–Leixões e na Avenida do Ouro–Leixões, junto à estrada da circunvalação a Noroeste do território municipal, bem como a Norte, configuração que parece definir uma cintura verde, embora descontínua. As áreas de lazer da cidade deveriam igualmente aproximar-se do rio, tanto através da revitalização de miradouros e varandas, como pela criação de um parque de beira-rio no Areinho e pela construção de vias marginais de Campanhã ao Castelo da Foz e do Areinho à Afurada<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Ezequiel de CAMPOS — *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932, pp. 31-32.

<sup>35</sup> CAMPOS, 1932, p. 31.

<sup>36</sup> Em 1932, os principais espaços verdes, potenciais parques urbanos, o Parque do Palácio de Cristal, o monte do Covelo e a mata da Prelada, eram propriedade particular.

Ezequiel de Campos, preconizava igualmente soluções que extravasavam o território municipal no domínio das vias litorais tanto para Norte, como para Sul, enquanto referia a necessidade de coordenar a criação dos locais de recreio no âmbito de um Plano Regional de Urbanização.

Algumas das soluções aqui apontadas vieram, pelo menos em parte, a serem postas em prática posteriormente, tanto mais que em 1934, pelo Decreto 24802 de 21 de Dezembro, as Câmaras Municipais eram intimadas a elaborar os respectivos Planos de Urbanização até Dezembro de 1939. O trabalho desenvolvido no Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização, sob a direcção ou com a acessoria de arquitectos italianos, ao visar fundamentalmente a estruturação da rede viária, relegou para plano secundário outras importantes questões, nomeadamente a da definição dos espaços verdes. De qualquer modo, várias referências lhes são feitas e nas cartas de síntese surgem mesmo com algum destaque. Os principais aspectos considerados apontavam no sentido da preservação e aproveitamento das áreas rurais e arborizadas existentes, através da criação de parques, da criação de «cortinas» de verde e da definição de áreas desportivas<sup>37</sup>.

A «Memória descritiva» do Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto, elaborada em 1941, caracteriza de forma objectiva os espaços verdes que existem na cidade: os parques e jardins não servem no Porto o «repouso e recreio», antes funcionam como áreas de passagem, por mais que tenha sido tentado contrariar esse facto, pela configuração dos canteiros e pela introdução de vedações<sup>38</sup>. Assim, só pela criação de parques e jardins com mais e melhores equipamentos capazes de atrair as populações e pelo «educar», ou seja, inculcar hábitos de fruição dos espaços de lazer, seria possível guindá-los de novo a um lugar de destaque na vida do portuense.

As propostas propriamente ditas eram variadas e algumas revestiam-se de algum interesse conceptual. Enquanto o contributo de Marcello Piacentini se resumiu à formalização de uma possível localização do estádio e hipódromo na zona do Castelo do Queijo e da Vilarinha, o trabalho desenvolvido pelo Gabinete sob a orientação de Giovanni Muzio, permitiu a realização de propostas mais elaboradas, onde cabe destacar a estruturação dos espaços verdes segundo uma configuração em cunha, sectores de área «verde», que deveriam atingir o centro da cidade. Era proposta, igualmente, uma via panorâmica para a Foz, enquanto se mantinha a localização do parque junto ao Castelo do Queijo, de acordo com a deliberação camarária a que antes foi feita alusão. No Plano Regional<sup>39</sup>, eram referenciadas, em linhas gerais, as áreas de lazer que deveriam incluir: vários jardins distribuídos pela cidade ligados por «caminhos de arborização de passeio»; dois parques citadinos no extremo da grande penetração por Norte, em Salgueiros, e o Palácio de Cristal; dois parques exteriores, um junto ao rio do lado de Vila Nova de Gaia, a criar na encosta coberta de arvoredo exposta a Norte e Poente com equipamento de desportos náuticos na enseada da Afurada, e outro ladeando a Avenida da Boavista, e protegendo dos ventos de Norte, por uma espessa cortina, a zona residencial<sup>40</sup>.

Prefigura-se a criação de uma «zona de protecção» à cidade com 2 a 3 km que decorre da discussão havida com o Ministro Duarte Pacheco aquando da apresentação do plano<sup>41</sup>. A forma de que se revestiria essa zona não é especificada, no entanto parece apontar no sentido da definição de uma cintura verde, aproveitando o espaço de vocação rural-agrícola ainda existente.

<sup>37</sup> Antão de Almeida GARRETT — *História da evolução dos planos gerais de urbanização da cidade do Porto*, «Boletim», Porto, Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia, nº 14, 1974.

<sup>38</sup> GARRETT, 1974, p. 91.

<sup>39</sup> O contrato com o Arq. Muzio incluía a realização de um Plano Regional, apresentado em Fevereiro de 1941.

<sup>40</sup> GARRETT, 1974, p. 82.

<sup>41</sup> GARRETT, 1974, p. 87.

Correspondendo à fase de abertura do Estado Novo ao turismo, com finalidades económicas e como cartaz publicitário do regime, o ano de 1945 é marcado pela elaboração de um plano ambicioso, a cargo da Comissão de Estudo da Valorização Turística da Foz do Douro<sup>42</sup>. Não se trata, por isso, de uma iniciativa isolada, antes deverá ser enquadrada no dinamismo que António Ferro imprimira à sua intervenção no relançamento do turismo português, à frente do Secretariado da Propaganda Nacional, na estrita dependência da Presidência do Conselho de Ministros. O plano, ao fazer referência expressa ao turista, «quem viaja por prazer», e às necessidades de infra-estruturas e equipamentos que suportam o turismo, constitui sem dúvida um documento inovador com grande alcance.

Os pareceres formulados pela Comissão tratam fundamentalmente da transformação do projecto de Parque da Cidade num outro de Zona Desportiva<sup>43</sup>. Os argumentos apresentados têm alguma consistência e focalizam-se na escassez de recursos financeiros do Município, sobretudo porque existem outros problemas a merecerem atenção prioritária como o da habitação, e na dimensão, já que um parque com 94 hectares para «simples recreio» seria pouco frequentado, a exemplo do que sucedia com o Palácio de Cristal mesmo melhor localizado na cidade de meados do século, enquanto para ser percorrido de automóvel, seria pequeno demais. A área seria, assim, destinada à localização de equipamentos desportivos para a prática do futebol, hipismo, ténis, patinagem, hóquei, golfe e natação. O principal empreendimento seria a construção de um vasto Estádio Municipal, que iria suspender a proposta de projecto, apresentada pelo Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização, para a Pasteleira, já que dois parques desportivos na área Ocidental da cidade «representariam imperdoável megalomania»<sup>44</sup>.

A Comissão afirma, no primeiro parecer, a urgência em definir a distribuição dos equipamentos a construir, otimizando a ocupação do solo, de tal forma que fosse possível destinar os terrenos não utilizados para edificações residenciais condignas da beleza e futura importância do local...<sup>45</sup>.

No segundo parecer, à «Zona desportiva» é associada uma «Zona de Turismo do Porto» — Comissão Municipal de Turismo — com administração autónoma da Câmara, organismo ao qual caberia a promoção do projecto. Este incluiria, para além dos equipamentos já referidos, a construção de um Hotel sobre a fachada atlântica à Rotunda do Castelo do Queijo, de uma Estação de Zoologia Marítima, em cujo edifício seria instalado também um museu oceanográfico e fluvial bem como um Clube Náutico. A Comissão propõe ainda a construção de uma pista de ciclismo, e no âmbito da Comissão Municipal de Turismo, nomeadamente a abertura de um Cinema-Casino na Avenida do Brasil ou de Montevideu, de um pequeno hotel na Foz Velha sobre a praia, de uma «Casa-Miradouro para provas de velhos vinhos do Porto..., junto à saída da Ponte Luís I»<sup>46</sup>, a melhoria da Estrada Marginal até Entre-os-Rios ou a construção de uma pousada na foz do Tâmega, na esteira de outras abertas entre 1942 e 1945 pelo empenhamento pessoal do Ministro Duarte Pacheco.

O sucesso deste trabalho terá sido limitado, tanto mais que peca por alguma falta de clarificação, nomeadamente no que diz respeito à promoção e ao financiamento dos empreendimentos, e contradições, já que se o parque era sujeito a forte vento como era evocado, a piscina, o estádio ou a pista de ciclismo, não o seriam menos.

<sup>42</sup> Dois pareceres da «Comissão de Estudo da Valorização Turística da Foz-do-Douro», Separata da Revista «Civitas», Porto, Fasc. II e III, Set./Dez. 1945.

<sup>43</sup> Relembre-se que o Estádio Nacional tinha sido inaugurado poucos anos antes.

<sup>44</sup> Dois pareceres..., p. 6.

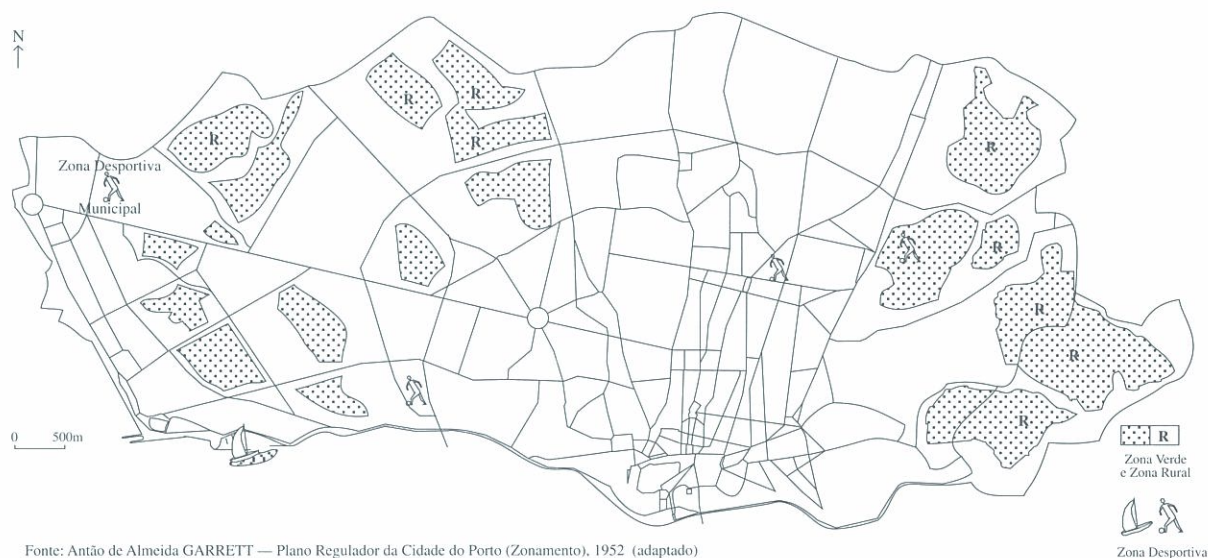
<sup>45</sup> Dois pareceres..., p. 8.

<sup>46</sup> Dois pareceres..., p. 21.

Entretanto no Gabinete de Estudo do Plano de Urbanização os trabalhos arrastaram-se até que a sua conclusão foi solicitada a A. de Almeida Garrett. O Plano Regulador<sup>47</sup>, concluído em 1952, trata de forma muito consistente a questão das «zonas verdes» na cidade e mostra que o seu crescimento torna premente uma abordagem circunstanciada de forma a afectar os terrenos agrícolas e florestais ainda existentes para a construção de parques e jardins.

Com o alargamento do âmbito das temáticas abordadas, aparecem neste trabalho referências à capitação de espaços verdes conferindo não ainda uma dimensão estatística mas pelo menos o esboçar dos contornos de um planeamento mais e melhor fundamentado. A cidade do Porto tinha na altura da elaboração do plano 3.8 m<sup>2</sup> de espaço verde ajardinado por habitante, correspondendo a cerca de 107 hectares.

Figura 2 — Proposta de «zonas» desportivas, verdes e rurais do Plano Regulador da Cidade do Porto (1952)



Apesar de o plano estar estruturado segundo unidades residenciais, o zonamento do espaço verde fugiu a essa concepção apontando para a criação de «cinturas», uma interior desde a Cordoaria a Nova Sintra, passando pelo Palácio de Cristal, Rotunda da Boavista, Salgueiros e Marquês, uma segunda, intermédia, que acompanharia a via de cintura interna, desde o Campo Alegre à Corujeira e finalmente uma exterior da Senhora da Hora ao esteiro do Ouro.

Permanece a proposta de uma «Grande Zona Desportiva do Castelo do Queijo»<sup>48</sup>, aprovada no ano de 1945, enquanto para a Cantareira é prevista a criação de um porto fluvial para apoio a Desportos Náuticos, contrariando o conteúdo do Plano Regional de 1941, que previa essa localização para a Afurada.

Este sistema interno, de parques e jardins, deveria ser articulado com outro externo incluindo parques de âmbito suburbano, «parques de fim-de-semana» de carácter regional e «grandes reservas nacionais»<sup>49</sup>. Internamente estão previstos equipamentos definidos em função de «escalões» de uma estrutura hierarquizada das diferentes áreas da cidade. No 1º escalão, nível de vizinhança (600 a 1000 hab.), nenhum elemento é referido; no 2º escalão, nível de bairro (2000 a 4000 hab.), está previsto

<sup>47</sup> Antão de Almeida GARRETT — *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Porto, Volume VIII, nº 2, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1952.

<sup>48</sup> GARRETT, 1952, p. 15.

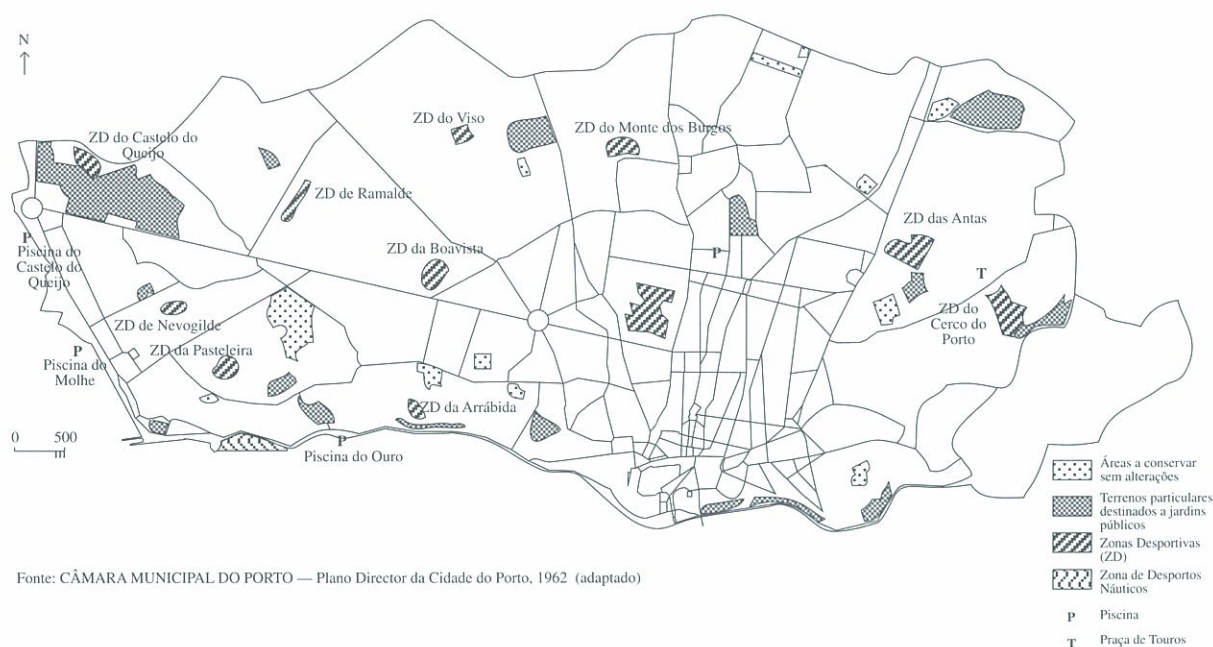
<sup>49</sup> GARRETT, 1952, p. 15.

um jardim com biblioteca com uma capitação de  $1\text{m}^2$  por habitante; no 3º escalão, nível de unidade residencial (5000 a 12000 hab.), parque com terrenos de desporto —  $3.2\text{m}^2$  por habitante; finalmente o 4º escalão, nível de unidade urbana (25000 a 75000 hab.), grande parque de 23 hectares, com campos de jogos de competição —  $3\text{m}^2$  por habitante — e piscina de competição.

Decorridos dez anos, no Plano Director da Cidade do Porto<sup>50</sup> da autoria de Robert Auzelle, o espírito dominante continua a ser «conservar» e «reservar». São criados sete parques públicos nas áreas arborizadas existentes com as seguintes dimensões, em hectares: Antas 9.12, Covelo 7.52, Salgueiros 17.06, Prelada 16.32, Castelo do Queijo 42.14, Currais 27.02 e Tirares 8.02, num total de 127 hectares. As áreas desportivas merecem igualmente um certo destaque e para além da ampliação das já iniciadas nas Antas, Boavista e do Campo Alegre, o plano prevê a criação de novas áreas no Monte dos Burgos e no Castelo do Queijo. Por sua vez, no «Regulamento» a destruição de árvores está sujeita a multa e são indicadas outras medidas dissuasoras, tendentes a conservar as áreas arborizadas ainda existentes.

As propostas contidas no Plano Director não se afastam significativamente daquelas do Plano Regulador. É forçoso, no entanto ter presente que a construção de bairros sociais durante a década de cinquenta veio ocupar muito do espaço verde disponível, pelo que, em 1962, a necessidade de implementar medidas rigorosas de conservação dos espaços existentes é absolutamente pertinente e talvez peque por defeito. Este facto parece-nos tanto mais significativo quanto o total de espaço verde referenciado é de 309,64 hectares, contra os cerca de 350 propostos em 1952, o que permite chegar a capitações aproximadas de 10 e 12.75 metros quadrados por habitante, respectivamente.

Figura 3 — Proposta de Criação de Jardins Públicos e Zonas Desportivas do Plano Director da Cidade do Porto (1962)



<sup>50</sup> GABINETE DE URBANIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO — *Plano Director da Cidade do Porto*, Porto, Ed. da Câmara Municipal do Porto, 1962.

Também interessa sublinhar a enorme importância que Robert Auzelle atribui ao turismo<sup>51</sup>, como uma das fontes de riqueza que deveriam ser aproveitadas no país. Afirma estarem o Norte e o Porto longe de esgotar as suas capacidades neste domínio, muito embora, apenas no enunciado das intenções do Plano Director seja possível encontrar de forma bem vincada reflexos dessa importância. No volume I figuram as principais referências que assentam na promoção da Foz como a área mais importante da cidade no capítulo do lazer, sendo fundamental a criação de um parque de repouso e diversão e a criação de uma piscina de água salgada. A promoção da cidade passaria igualmente pela revitalização das margens do Rio Douro através da criação de estruturas de apoio que permitissem o passeio no rio; pela preparação de circuitos para peões que possibilitassem um melhor contacto com a cidade; e pela construção de um Palácio de Congressos. A cidade deveria igualmente ser dotada com equipamentos hoteleiros, apontando como necessário a construção de uma unidade na Foz do Douro.

O Plano Director prevê também a criação de várias «unidades de turismo e desporto» distribuídas na cidade, bem como espaços desportivos de alcance local para servirem as novas áreas residenciais. Nos volumes II e III do Plano Director, através da especificação das «Zona de interesse arquitectónico e zona da Foz Velha», com uma inconsequente referência a «divertimentos» como componente das actividades do sector terciário completa-se a abordagem sustentando a importância atribuída ao turismo.

Nas três décadas seguintes o espaço verde foi sendo reduzido, enquanto em termos de intervenção ela se situa prioritariamente ao nível do ajardinamento de pequenos espaços.

O Plano Geral de Urbanização aprovado em 1989<sup>52</sup> reflecte perspectivas bem diversas de encarar os espaços de lazer urbanos, alargando o âmbito do estudo dos espaços verdes, enquanto o lazer, na perspectiva dos visitantes da cidade, merece um capítulo dos «Textos de Apoio» das «Opções do Plano»<sup>53</sup>. A leitura que é feita do turismo é esclarecedora por um lado do papel importante que pode desempenhar na evolução da cidade do Porto e por outro da sobreposição de interesses entre o desenvolvimento do turismo e do tecido socio-económico local, na medida em que a maioria das iniciativas que visam o bem estar da população da cidade constituem concomitantemente iniciativas vocacionadas a melhorar a qualidade do espaço suporte das actividades de turismo.

A especialização de temáticas que caracteriza o conjunto de trabalhos elaborados, permite aos espaços verdes serem tratados segundo uma vertente bastante diferente das anteriores. Estes surgem com um papel de maior destaque, na medida em que constituem os elementos mais próximos do «natural», num ambiente urbano profundamente alterado, necessitado desses espaços verdes, não apenas pelo embelezamento, pelo repouso e recuperação, mas por constituir o derradeiro laço de um ténue equilíbrio entre acção humana e condições naturais. Questões como a impermeabilização do solo, o efeito que as cortinas de «verde» possam desempenhar nos níveis de poluição atmosférica e sonora, são novos elementos que reflectem o interesse actual dos técnicos e, cada vez mais, da sociedade do seu todo.

A análise do espaço verde é realizada com uma crescente atenção ao aproveitamento integral dos espaços, inclusivamente dos terrenos agrícolas, espaços interiores dos quarteirões e áreas livres. Esta é uma das consequências da diminuição significativa do espaço verde acontecida sob o avanço das áreas

<sup>51</sup> Robert AUZELLE — *Porto, Capitale Régionale*, in «Casas do Porto (Século XIV ao XIX)», Documentos e Memórias para a História do Porto — XXXI, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto — Gabinete de História da Cidade, 1961, pp. 45-47.

<sup>52</sup> Os principais documentos elaborados pelo GABINETE DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO foram: Opções do Plano, 1984 (pol.); Opções do Plano. Opções Políticas, 1985; Porto, Projecto Cidade Nova, 1985; Proposta do Plano/PGU, 1986, (pol.); Plano Geral de Urbanização, 1987, (pol.).

<sup>53</sup> Paulo PINA — *Turismo*, in GABINETE DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO — *Opções do Plano*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1984 (pol.).

residenciais nas freguesias periféricas, que passaram de cerca de 1400 ha em 1962 para pouco mais de 800 ha em 1978, situação esta particularmente agudizada durante a década de oitenta pela construção de novas vias rodoviárias. Pretende ainda o Plano que esses diferentes espaços possam vir a fazer parte, dentro do possível, do sistema de jardins e parques, nomeadamente através da criação de hortas sociais.

A estrutura base em que assenta a organização dos espaços verdes passa pela constituição de uma «mancha de verde contínuo», composto também pelos espaços ajardinados e arruamentos arborizados. De qualquer maneira, manifesta-se ainda uma enorme carência de equipamentos de apoio ao lazer, enquanto os parques com capacidade para uma cómoda fruição pelas populações, segundo os critérios enunciados, não ultrapassam os 30 ha, ou seja menos de 1m<sup>2</sup> por habitante. Os pressupostos base em que deverá assentar a intervenção no espaço verde urbano aponta no sentido de manter as penetrações de manchas agrícolas no tecido urbano; preservar o interior dos quarteirões; preservar e ampliar o património dos jardins e quintas públicas para o recreio da população; incentivar a expansão e a conservação dos jardins e quintas particulares<sup>54</sup>. De qualquer forma, para além da introdução da questão dos interiores de quarteirão, as intenções globais vão de encontro às propostas enunciadas em planos anteriores.

Como principal vector da proposta do Plano Geral de Urbanização é criada uma reserva de 430 ha para «Zonas Verdes e Desportivas», valor que permite definir uma capitação entre 10 e 12 m<sup>2</sup>/habitante, não se afastando das propostas enunciadas em planos anteriores, apesar da sua exequibilidade estar cada vez mais comprometida. Passam por esta proposta o Parque Urbano da Cidade, a ampliar até à Esplanada do Rio de Janeiro, e o Parque Oriental, criado nas margens dos Rios Tinto e Torto.

#### O retorno a S. Lázaro

A caracterização dos espaços verdes que é feita nos diversos planos elaborados ao longo do século XX, são testemunho de um desinteresse generalizado das populações pelos parques e jardins da cidade do Porto. Ao contrário do que acontecia durante o século anterior, o portuense parece ter-se alheado dos seus espaços verdes e poucos parecem querer continuar a utilizá-los actualmente. Estas mudanças de gosto, foram acontecendo à medida que o litoral balnear ganhou importância e também pelo aumento das possibilidades de deslocação que os transportes ferroviários e rodoviários introduziram. Seria, por isso, necessário encontrar renovadas vocações para os jardins e parques e tentar que as populações os vejam como componentes das suas existências quotidianas.

Quando as «Normas para programação de equipamentos colectivos»<sup>55</sup>, prevêem que o alcance de um «parque urbano» seja de 800 metros<sup>56</sup> e esteja ligado a uma rede de percursos para peões, na cidade do Porto os parques e jardins apresentam uma distribuição espacial muito desequilibrada razão que em parte poderá justificar uma fraca afluência de visitantes, sabendo-se que na maioria dos casos os frequentadores são provenientes da vizinhança próxima.

Os planos elaborados para a cidade do Porto estão assim, normalmente mais vocacionados a sublinhar o conteúdo urbanístico dos espaços verdes enquanto cinturas verdes ou como cortinas protectoras

<sup>54</sup> GABINETE DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO — *Opções do Plano*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1984 (pol.), p. 138.

<sup>55</sup> CENTRO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO — *Equipamentos colectivos. Cultura e actividades de tempos livres. Desporto. Espaços verdes*, s.l., Volume III, n.º 16, Ministério das Finanças e do Plano — Secretaria de Estado do Planeamento, 1978, p. 80.

<sup>56</sup> O Plano da Região do Porto havia anteriormente proposto como extensão desse raio 500 metros, por isso com uma malha de 1km. DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO — *Plano da Região do Porto. Recreio. Relatório Suplementar*, s.l., Ministério do Equipamento Social, Dezembro 1975, p. 71.

e de embelezamento, do que como espaços de fruição e lazer. É um dos capítulos obrigatórios mas também aquele mais depressa ignorado.

A subordinação da localização do espaço verde aos interesses prioritários das demais ocupações do solo, mas também o afastamento entre as áreas residenciais e os jardins e parques, com localizações mais centrais, ou o aumento do número de horas dedicadas ao lazer dentro da residência, permitem identificá-los como a antítese dos jardins de Amaurota. São cada vez mais uma utopia na cidade, que poderão integrar o capítulo do bonito, do fundamental enquanto elementos de um quadro urbano, mas serão também espaços do desnecessário pela subutilização a que estão votados.

Os bons e numerosos lugares de estacionamento que eles representariam, as folhas que não seria necessário limpar, os jardineiros que não seria preciso procurar, elegem os parques e jardins como «espaço a abater». Mas é possível optar, pelo contrário, pela solução mais difícil que seria tentar vivificar esses parques e jardins, desenterrando o espírito que os portuenses terão começado a abandonar no passeio público de S. Lázaro